

VAMIREH CHACON

A didática eleitoral

As próximas eleições, tão garantidas pelo empenho da palavra do Presidente Figueiredo, parecem oferecer um difícil dilema.

O grande problema de qualquer sistema político, democrático ou não, é o da transferência do poder. Mesmo no equilíbrio interno de forças que caracteriza o atual regime, ela não tem deixado de ser traumática, embora menos do que se poderia esperar.

Agora estamos nas vésperas da repetição da dificuldade.

O Ministro Abi-Ackel disse em Belo Horizonte que o PDS não pode perder, o que merece pelo menos duas leituras.

Na primeira, a mais dramática, ficariam vinculados o prestígio pessoal do Presidente da República e os votos partidários. Relação muito ambígua, eis o mínimo a comentar, pois se o próprio Governo se encontra desgastado, perante a opinião pública, enquanto a pessoa do Presidente continua com altos índices de popularidade, que dizer do partido governista mas não no poder? ...

Não há condições de transferência de prestígio para outrem, mesmo se o Presidente for aos palanques do comício, como o fez seu antecessor, o Presidente Geisel.

Prestígio significa algo muito individual, entranhado na psicologia de cada um. O Presidente Figueiredo representa muito bem, em vários aspectos, a identidade nacional brasileira até na sua emotividade e expansividade. O povo sabe gostar de quem se parece com ele. O João é muito brasileiro, até no nome.

Mas partido implica outra coisa, muito diferente. Teoricamente, quer dizer uma instituição, e, se não temos instituições partidárias estáveis, como associar a estabilidade da abertura com qualquer grupo heterogêneo, noutra fase de busca de amadurecimento se repetindo ciclicamente no Brasil?

Não há condições objetivas para querer transformar de novo o pleito num plebiscito. Quando se fez a reforma partidária foi exatamente também para isso. Ou vamos voltar ao passado?

Nas próximas eleições não estará em jogo nem o regime, desembocando nas suas naturais metas normalizadoras, segundo vivem proclamando seus líderes históricos, quanto mais o Presidente Figueiredo. O PDS precisa acostumar-se à idéia do pluralismo. Em último caso, seria possível inclusive uma composição com o PP, entre dois partidos notoriamente centristas.

Claro que isto não pode representar uma proposta. Esta deve ser a vitória de cada partido. Se não se pede o máximo, não se consegue sequer o mínimo. Fará muito bem o Presidente da República em subir aos próprios palanques, mas escolhendo, sem dúvida, onde e como.

A nação deve-lhe tanto, que não merece ficar no dilema de ter de adotar necessariamente seus candidatos,

apesar dele ser o natural grande eleitor do partido governista.

O principal consiste no suporte que o Presidente venha a receber no Congresso Nacional, que deveria apresentar-se mais generoso, mais desarmado. Não tem qualquer cabimento partir do pressuposto negativo. Política implica negociação permanente. É um bom sinal a tendência a acordo das Oposições com o Governo em várias matérias legislativas como, por exemplo, as modificações no Estatuto dos Estrangeiros. Cumpre repetir e ampliar a experiência.

Isto nada tem a ver com capitulacionismo oposicionista.

Muito pelo contrário.

O diálogo pode resultar em confirmação de divergências, desde que não exclua as convergências. É uma política subdesenvolvida viver atacando desabridamente o Governo só porque é Governo, repetindo os governistas de hoje a mesma coisa quando forem oposicionistas.

Também não se quer recomendar o conchavo.

Oposição existe para fiscalizar. Esta sua maior função.

Um regime deve ser julgado pela diferença entre o que faz e o que diz de si mesmo.

Logo, há uma enorme distância entre prestígio pessoal do Presidente, fraqueza institucional dos partidos em geral e estabilidade do regime se abrindo. Três dimensões completamente diversas, embora não de todo opostas entre si.

Vamos tranqüilamente às urnas, pois não serão elas o juízo final, nem o apocalipse. Não passarão de etapa, por mais importantes que sejam.

Nada haverá de plebiscito, nem sequer de julgamento pessoal do Presidente da República, por mais que ele venha a empenhar-se na campanha.

O que estará em jogo, isto sim, será outra fase do amadurecimento político nacional. Através de campanhas objetivas e moderadas e eleições limpas e honestas. Quanto aos métodos de votação, isto representa outra discussão: sempre houve maneiras diversas de votar e todas têm argumentos a favor e contra.

Também não estarão em jogo as instituições nacionais permanentes. Ninguém, de bom senso, anda pensando em misturá-las com política partidária, nem muito menos eleições. Estas passam, aquelas ficam.

O Brasil precisa aprender a renovar-se em paz, com respeito mútuo, acatando a dignidade recíproca. Assim vistas, as eleições podem significar grandes momentos de aprendizado coletivo. Se, porém, descambam na passionalidade, no extremismo, no abuso de qualquer tipo, então se vai para trás.